



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

A FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NAS SERIES INICIAIS: HISTÓRIA, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORAS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA PARÁ

Kiaria Mendes Rodrigues; Josinete Pereira Lima.

Universidade do Estado do Pará (UEPA), kiariarodrigues@hotmail.com; Universidade do Estado do Pará (UEPA); josi_emanuele@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo identificar o que levou a expressiva presença das mulheres como docentes na educação infantil. O mesmo ressalta a trajetória das mulheres na luta pelo acesso à educação no Brasil e sua entrada no mercado de trabalho no meio educacional. A pesquisa é qualitativa, e contou com entrevista semiestruturada voltada para professoras atuantes nas series iniciais, a mesma possibilitou compreender a vivência das mesmas diante de sua profissão, mediante a feminização do magistério, assim também como a importância do debate de gênero nas profissões. Autores como Priore (2011), Saffioti (2013), Catani (1997), entre outros, foram de fundamental importância para a construção do presente trabalho. Portanto, com essa investigação foi possível identificar fatores que contribuíram para a feminização da profissão docente nas series iniciais, no qual é possível destacar que o discurso fortemente defendido afirmando que as mulheres possuem habilidades para exercer essa profissão, como o aspecto maternal, paciência e carinho, contribuíram para a permanência das mesmas e o afastamento masculino do magistério, acarretando assim diferentes fatores prejudiciais para a profissão, como a desvalorização salarial.

Palavras-chave: Feminização do magistério; mulheres; gênero.

Abstract: The presente study aims to identify what le to the expressive presence of women as teachers in Early Childhood Education. It also highlights the trajectory of women in the struggle for access to education in Brazil. Qualitative research with a semistructured interview focused on teachers working in the initial grades allowed the studentes to understand their experience in their the profession through the feminization of teaching, as well as importance of the gender debate in the professions. Authors such as Priore (2011), Saffioti (2013), Catani (1997), among others, were of fundamental importance for the construction of this work. Therefore, with this investigation int was possible to identify factors that contribute to the feminization of the teaching profession in the initial grades, in which it is possible to emphasize that strongly defended discourse affirmi ting that women have the skills to practice this profession, such as maternal aspect, patience and affection, crontributed to the permance of the same and the permanence of the same masculine removal of the teaching profession, thus causing diferente factors detrimental to the profession, such as the wage devaluation.

Keywords: Feminization of the Magisterium; Women; Genre.

INTRODUÇÃO

A história nos proporciona uma análise fundamental sobre a profissão docente, nos permitindo ainda identificar que nos anos iniciais da educação a presença da mulher como professora, é significativamente maior do que a masculina.

A mulher não tinham direito ao acesso à educação, apenas os homens possuíam essa oportunidade, e consequentemente a docência era ocupada pelo gênero masculino. Segundo Priore (2011) acreditava-se que a função feminina se reduzia a ser mãe e a execução de trabalhos do lar.



A elaboração do artigo, inspirou-se em buscar identificar porque a presença da mulher na docência é expressiva, tendo como foco as séries iniciais. A partir dessa perspectiva o objetivo geral se direciona em analisar o que levou a significativa presença das mulheres do corpo docente na educação infantil.

A metodologia se direcionou em entrevistas voltadas a duas professoras da educação infantil, nos possibilitando um maior entendimento sobre essa realidade no meio educacional, que é a feminização do magistério.

No que se refere a estrutura do artigo, o mesmo se direciona a análise da história da educação feminina a priori, em seguida a análise e discussões dos resultados.

A partir dessa temática, evidenciar sobre feminização da docência nos primeiros anos da educação formal, ressaltando a importância desse debate para modificar essa realidade.

1 A EDUCAÇÃO FEMININA NO PERÍODO BRASIL COLÔNIA

Com a chegada dos primeiros colonizadores as terras brasileiras, veio os primeiros missionários, os Jesuítas. E que tinham a função de catequizar os habitantes que já se encontravam em solo brasileiro, a missão era trazer a cultura,

costumes portugueses e ensinamentos religiosos para os índios.

A educação escolar era negada para as mulheres, que não tinham direito de aprender a ler e escrever. Ribeiro (2000, p. 79) afirma que “sejam brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever”. Sendo assim, o ensino brasileiro até então, passa a ser completamente destinado aos homens.

A instrução feminina era focada apenas ao ensino de como ser uma boa esposa e mãe. Essa realidade se fez presente por um longo período na vida das mulheres, vivendo sob as decisões impostas pelos homens. Priore (2011, p. 249) afirma que as mulheres “eram treinada para desempenhar o papel de mãe, e as chamadas ‘prendas domésticas’ – orientar os filhos, fazer ou mandar fazer a cozinha, costurar e bordar”.

Esperava-se uma mulher que soubesse apenas saberes domésticos, que se dedicasse ao esposo e aos filhos, e que tivesse valores morais voltados para a submissão. Com isso, o acesso à educação formal, era negado as mulheres, e sua instrução se destinava apenas aos saberes domésticos.

As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, a cozinha, bem como as habilidades de mando as criadas e serviçais também faziam parte da educação das moças, acrescida de elementos que pudessem



torná-las mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente. (PRIORE, 2009, p. 444).

Essa realidade se fez presente durante muito tempo na vida das moças, no qual as manteve distante do contato com a educação, gerando desigualdade em relação às pessoas do gênero feminino. Afetando gerações, com costumes enraizados na cultura das famílias brasileiras.

Segundo Freitas (2000) as decisões sobre a vida das moças eram determinadas pelo pai, e depois do casamento essas decisões passavam a ser tomadas pelo marido, essa era a realidade da sociedade patriarcal. O desejo de ter acesso à educação, ao aprender ler, escrever e a fazer contas matemáticas, era a realidade de muitas mulheres no Brasil. No entanto, com esse acesso negado, seu destino era projetado a ser esposa e mãe. Os seus pais eram os responsáveis por traçar o destino de suas filhas, as mesmas eram destinadas ao casamento.

1.1 A educação feminina no período Brasil império

Com a chegada da família real ao Brasil, as primeiras instituições de ensino são fundadas para a instrução laica ofertadas para as meninas. No entanto, os ensinamentos domésticos ainda estavam

entrelaçados nesse currículo oferecido a classe feminina que se interessava no acesso a instrução ofertada pela corte.

Tratava-se, na época, de senhoras portuguesas e francesas ensinando costura e bordado, religião e rudimentos de aritmética e de língua nacional às moças que recebiam em suas casas como pensionistas. É a vinda dessas senhoras francesas e portuguesas e, mais tarde, alemãs que amplia um pouco o acanhado horizonte intelectual da mulher brasileira. (SAFFIOTI, 2013, p. 271 - 272).

Esse importante passo registrado na história feminina no Brasil, foi fundamental para determinar a oportunidade ao acesso à instrução educacional. No entanto, a igualdade de gêneros diante à instrução, não foi dado de forma rápida. A desigualdade se fazia presente, a diferença entre o currículo feminino e masculino, era notório. Segundo Priore (2011) o conhecimento ofertado para as meninas nesse período, se limitava ao mínimo, e era ministrado em locais distintos do sexo masculino.

Com a mudança de estilo governamental brasileiro, no qual o Brasil deixa de ser colônia e passa a ser império, surge consigo, um avanço significativo para as mulheres. Alguns direitos passam a ser conquistados e concretizados na constituição brasileira da época, no qual a responsabilidade na oferta do ensino educacional, passa a ser das províncias e para todos.



Haverão [sic] escolar de primeiras letras, que se chamarão pedagogias, em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do Império. [...] Serão nomeadas mestras de meninas e admitidas a exame, na forma já indicada, para cidades, vilas e lugarejos mais populosos, em que o presidente da província, em conselho, julgar necessário este estabelecimento, aquelas senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostrarem dignas de tal ensino, compreendendo também o de coser e bordar. (BRASIL, apud SAFFIOTI, 2013, p. 273 - 274).

Com esse projeto de lei que logo após veio a se concretizar como direito feminino, é possível analisar que um avanço significativo se registra na história das brasileiras. No entanto, o pensamento que prevalecia até então, de que o papel social da mulher se restringia apenas ao lar, veio refletir diante do direito ao acesso à educação. Mesmo com a oportunidade conquistada de ter acesso ao ensino educacional, o preconceito ainda se fez presente.

Vários preconceitos em relação a educação feminina, foram fundamentais para a não concretização efetiva da lei que garantia a instrução das mulheres. Outro fator determinante que dificultava o ensino feminino, se dirigia a remuneração das mestras que ministravam aulas para as moças. Segundo Saffioti (2013, p. 274) “[...] a lei consagrava a igualdade de salários entre mestres e mestras. Todavia, como o ensino da geometria constituía o critério para o estabelecimento dos dois níveis de

salários dos professores, as mestras eram as com pior remuneração”.

A procura do governo em instalar no Brasil as escolas normais, tinham o interesse não apenas da formação educacional de qualidade dos brasileiros, mas também a necessidade de mão de obra qualificada advinda do discurso de progresso do país. No entanto, a tentativa de implantar as escolas normais no território nacional a princípio, não foi de grande eficácia.

O fracasso das primeiras tentativas de se implantar no Brasil a escola normal, não se devia, entretanto, apenas à ausência de quadros capazes de levar avante a tarefa de qualificação da força de trabalho destinada ao exercício do magistério das primeiras letras. Como escolas normais visavam, precipuamente, à qualificação profissional de quadros para ensino primário, destinavam-se, de preferência, as camadas pouco privilegiada pela fortuna. Estas, num país de alto índice de analfabetismo, não aspiram à instrução como veículo de ascensão social, só vindo a fazê-lo quando os efeitos da industrialização e da urbanização intensa se tornam presentes. (SAFFIOTI, 2013, p. 282).

As escolas normais passaram a serem vistas pelo governo, como a forma de qualificação de mão de obra, no qual a educação não era distribuída a todos, conseqüentemente, tornando as camadas menos providas de riquezas, ao completo distanciamento da educação. Com a necessidade de profissionais qualificados para realizarem trabalhos em diferentes aspectos na construção de uma país avançado, no qual era afirmado no discurso.



As mulheres são introduzidas nessa perspectiva, facilitando assim sua entrada no mercado profissional, mesmo sem a total aprovação da sociedade. Segundo Saffioti (2013) as mulheres foram vistas como a solução do problema das escolas primárias femininas, onde a igreja impunha suas regras diante ao ensino, e não como consequência das tendências liberais que chegava ao Brasil.

1.2 A educação feminina no Brasil República e atualmente

A instrução feminina no período Brasil Republicano, passa a ser vista de forma diferenciada, assim também como sua atuação no mercado de trabalho. A profissão docente que tinha uma forte presença masculina, passa a ser então um ambiente destinado as mulheres. Priore (2011) afirma que no início do período republicano brasileiro, a educação da mulher passa a ser vista para além dela, a mesma passa a ser justificada como o papel social da mulher, que é ser educadora dos filhos, e na linguagem que era defendida nesse período, essa atuação se baseava na formação dos futuros cidadãos do Brasil.

Diante desse discurso, nota-se um ganho para a educação feminina, que até então não era vista como uma necessidade a ser preenchida. No entanto, sua formação ainda é restringida ao papel de mãe,

afirmando que seu papel social é restringido a educação de seus filhos.

Com a necessidade de expansão da educação, principalmente para as classes menos favorecidas, o custo com o ensino deveria ser mais controlado. Segundo Hahner (2011, p. 469) “com a expansão da educação nas duas décadas seguintes, o custo de manter o ensino primário separado para meninos e meninas e a escassez de professores homens, estimularam a aceitação de classes mistas para crianças menores que não fossem das elites”. O ensino educacional brasileiro passa a ser então ofertado para as crianças em um mesmo local, iniciando assim a classes mistas, que até então o ensino era ofertado de forma separada.

A coeducação também desempenhou um papel na feminização da instrução primária no Brasil. Criou mais oportunidades para mulheres entrarem no magistério porque se podia confiar a regência das aulas mistas às mulheres, e não limitá-las a só lecionar nas escolas para meninas. (HAHNER, 2011, p. 468).

A mão de obra feminina passa a ser vista pelo governo, como uma forma confiável para a educação brasileiro, acreditando na sua vocação, que até então não lhe era depositada de forma significativa, assim lhe confiando para exercer a docência, e devido à escassez de professores homens. Segundo Almeida (1998), a feminização do magistério no Brasil aconteceu no momento em que o



campo educacional expandia-se quantitativamente, aliado ao discurso de progresso do país.

O motivo que veio contribuir para a feminização da docência, pode ser denominado também como uma maior interferência do governo na educação brasileira, que até então era de domínio religioso. Segundo Priore (2011, p. 450) “o processo de ‘feminização do magistério’ também pode ser compreendido como resultante de uma maior intervenção e controle do Estado sobre a docência”.

Com a chegada do século XXI, é notável os avanços dos direitos que as mulheres conquistaram durante toda a sua história. Essa evolução garantiu conquistas importantes para a classe feminina, o direito ao voto e a escolha da profissão são exemplos de tamanho marco para as mesmas.

De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988, no Art. 205, a educação é direito de todos, dever do Estado e da família. Essa afirmação presente na carta magna do Brasil, vem enfatizar sobre o acesso à educação, inclusive para as mulheres que estiveram durante anos na história do país, excluídas da oportunidade de acesso ao ensino.

Segundo o Relatório de Educação para todos no Brasil 2000 a 2015 (2014), a educação nacional teve um significativo avanço educacional. O mesmo documento

vem evidenciar a igualdade de gêneros no que se refere a matrículas.

Em termos de Paridade e Igualdade de Gênero, a educação escolar aponta para uma participação semelhante de meninos e meninas na composição das matrículas, considerando a participação da população por gênero na respectiva faixa etária (segundo o Censo 2010, o percentual de homens e mulheres na faixa etária de 0 – 4 anos é 3,7% e 3,6%; 5 – 9 anos, 4,0% e 3,9%; 10 – 14 anos, 4,6% e 4,4% e 15 – 19 anos, 4,5% e 4,4%, respectivamente) [...]. (BRASIL, 2014, p. 15 – 16).

A educação brasileira que era completamente direcionada as pessoas do gênero masculino, atualmente não se faz mais presente. O ensino formal passa a ter uma semelhança no que se refere a diferença de sexo, pois meninos e meninas possuem praticamente o mesmo percentual de número de matrículas no Brasil.

2 ENTENDENDO A ATIVIDADE FEMININA NO MAGISTÉRIO E SUAS DENOMINAÇÕES CULTURAIS ENRAIZADAS

O presente artigo tem a abordagem qualitativa, no qual segundo Fonseca (2002) a mesma não se preocupa com representatividade numérica, e sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

O levantamento bibliográfico, foi de fundamental importância para o enriquecimento da trabalho. A busca por embasamento teórico, fornecendo a análise



sobre a história das mulheres diante a educação formal, e o que veio a contribuir para a presença significativa da mulher na educação infantil como docente, foi crucial para a efetivação da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

O aprofundamento mediante a história das mulheres no Brasil, e todo o seu trajeto, irá fornecer uma base concreta para a presente pesquisa. No qual, a análise bibliográfica de diferentes autores, que discutem a feminização do magistério e a história feminina, foi crucial para o embasamento teórico do trabalho em questão.

Em seguida, foi realizada a pesquisa de campo, onde segundo Fonseca (2002) a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além do levantamento bibliográfico, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa.

Durante a pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas estruturadas direcionadas a professoras da educação infantil, em busca de compreender sobre a feminização da docência. Segundo Gil (2007) esse tipo de entrevista apresenta e se desenvolve a partir de uma relação fixa

de perguntas direcionadas aos entrevistados.

2.1 Analisando e entendendo o discurso das professoras pesquisadas

A necessidade de indagar as profissionais, para compreender o motivo da escolha do curso pedagógico, foi fundamental para detectar o motivo dessa escolha, pode estar relacionado a descrença em suas capacidades. A docente X afirma que: “na verdade eu fiz o vestibular mesmo, assim, eu pensei que não ia passar né? Ai eu fiz pra Pedagogia porque seria um curso mais fácil talvez de entrar na Universidade. Ai eu passei, sem querer passei”.

Vianna (1999) afirma que o processo de identidade profissional se dá através de uma construção histórica e de seu meio de atuação. Isso irá interferir significativamente na educação dos educandos, no qual ter um professor que se identifica com a docência é fundamental. E a docente Y afirmou que: “falta de opção mesmo”.

Compreender se existe identificação com a carreira profissional, foi uma ponto crucial para identificar se as professoras se identificam com o seu campo de atuação. A docente X afirmou que:



Bom, moço, é difícil essa pergunta. [...] tem dia que eu gosto, e tem dias que eu tô por aqui, né? Mas a gente... eu me identifico, assim, não tanto assim como eu é o que eu queria mesmo, mas é o que deu pra mim né? Então a gente tem que abraçar. (PROFESSORA X).

A profissional Y ressalta que:

“caiu no meu colo a oportunidade, não foi eu que escolhi não”. Spink (1994) vem contribuir falando sobre o uso da linguagem cotidiana, no qual possibilita a noção da presença de sentidos nas falas das pessoas, assim podendo compreender o posicionamento das mesmas em relação a posicionamentos sociais de seu cotidiano. Isso nos possibilita a refletir sobre o discurso das profissionais, que evidenciam o descontentamento profissional das mesmas.

Outra pergunta bastante fundamental foi realizada, a partir de identificar se as mesmas acreditam que exista diferença na execução do trabalho entre homens e mulheres. A professora X afirmou que: “eu acho que existe, não tanto mais existe, porque o homem eu acho que é mais... a mulher tem mais aconchego, o homem é mais ali jogou e pronto”. E a docente Y afirmou que: “ah! Existe, principalmente se for em creche. Porque jamais eles permitem que o homem dê banho em uma criança, já pelo preconceito né?”.

É notório a presença no discurso das professoras, em acreditarem na

diferença na atuação docente nas series iniciais. E essa diferença foi construída durante a história, no qual segundo Priore (2011) essas características para atuação nas series iniciais, são denominadas femininas.

Para encerrar a entrevista, foi dirigido as professoras, uma questão fundamental, que visava entender se durante a formação acadêmica das mesmas, teve algum debate sobre gênero na profissão docente nas series iniciais, e de que forma esse debate foi conduzido.

As professoras X e Y, afirmaram que não teve debates acadêmicos com esse enfoque durante a formação das mesmas. Louro (1996) vem afirmar que gênero se refere aos papéis sociais designados femininos e masculinos. Sendo assim, o debate sobre gênero na profissão docente, é de fundamental importância para a reflexão sobre os papéis designados das mulheres e dos homens, de forma que venha combater o preconceito nessa área profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das mulheres no Brasil, é marcada pela conquistas de direitos perante a sociedade. No período Colonial brasileiro, a existência de educação direcionada as mulheres era praticamente inexistente. Nesse período apenas os homens possuíam o direito e o acesso a educação formal e ao campo profissional.



O discurso de que as mulheres eram incapazes de aprender era fortemente reafirmado, o que veio a acarretar o distanciamento das mulheres da educação e da oportunidade de trabalho remunerado. Essa realidade prevaleceu na sociedade brasileira, no qual afirmava-se que as mulheres serviam apenas para os serviços domésticos e a criação de seus filhos.

A partir do período Imperial essa realidade começa a mudar, o direito ao acesso à educação é conquistado pelas mulheres. No entanto esse direito era limitado, reservando níveis mais alto de conhecimento e disciplinas matemáticas, apenas para os homens.

A sociedade ainda esperava das mulheres habilidades voltadas para o lar, e seu acesso a educação estava contextualizado a essas tarefas domésticas. Com o discurso do progresso Nacional, a educação começa a se expandir, e o governo em busca de mão de obra mais barata e a busca por economizar e assim acabar com as classes distintas, onde meninas estudavam apenas com meninas e meninos apenas com meninos, essa área de atuação acaba sendo direcionada para as mulheres.

Com o discurso afirmado de que as mulheres possuem o dom da maternidade, e de suas habilidades domésticas, as mulheres assumem essa área de atuação, o que veio a gerar o

distanciamento dos homens dessa profissão. A desvalorização dessa área, veio a contribuir para a realidade desse cenário.

O discurso de que mulheres nasceram com o dom da maternidade, e o que vem representar que cada aluno equivale a um filho espiritual, contribui para essa realidade.

A relação de gênero presente no campo profissional, e tendo como foco a educação infantil, nos remete a pensar sobre a significativa presença da mulher e o motivo da mesma. No qual designar características para a atuação nesse campo, como femininas, enfatizando que homens não as possuem, concretizam ainda mais o magistério como uma extensão do lar.

Essa realidade trouxe consequências profissionais, os homens que possuem interesse em atuar nessa área sofrem preconceitos, o que vem possibilitar um distanciamento maior dos mesmos. A desvalorização salarial é uma consequência, pois com a mão de obra feminina mais barata, os salários dos profissionais docentes das séries iniciais, não são atraentes. No entanto, mesmo essa valorização não sendo presente, o magistério se tornou a possibilidade de autonomia financeira das mulheres.

As entrevistas realizadas juntamente com as professoras que se dispuseram a participar e contribuir com a



pesquisa, permitiu uma análise concreta sobre a realidade a feminização da docência nas series iniciais, assim permitindo a identificação na fala das professoras sobre afirmações ditas femininas para atuação no magistério.

Portanto, a feminização da profissão docente é uma realidade construindo durante a história, que gerou a prevalência de mulheres na atuação profissional nesse campo de atuação, por acreditar que apenas elas possuem esse dom para ensinar crianças. O debate sobre gênero e a busca destruir esse discurso fortemente afirmado durante a educação nacional, é uma busca necessária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado, 1988.

_____. **Relatório de Educação para todos no Brasil 2000 – 2015**. Disponível em:

<<http://www.portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15774-ept-relatorio-06062014/>> Acesso em: 2 de set, 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC Apostila, 2002.

FREITAS, M. T. de A. (Org). **Memória de professoras: história e histórias**. Juiz de Fora: UFJF, n. 1, p. 4, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HAHNER, E. J. **Escolas Mistras, Escolas Normais: A coeducação e a feminização do magistério no século XIX**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, n. 2, p. 467-474, 2011.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, J. M.; MEYER, D.; WALDOW, V. (Org). **Gênero e Saúde: Artes Médicas**. Porto Alegre, n. 5, p. 07-18, 1996.

PRIORE, M. D. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

RIBEIRO, A. I. M. et al. **Mulheres educadas na colônia: 500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo. Expressão Popular, 2013.

SPINK, M. J. P.; GIMENES, M. da G. G. (Orgs.). **Práticas discursiva na produção do sentido: apontamentos metodológicos para análise do discurso sobre saúde e doença**. Saúde e sociedade. São Paulo, n. 2, p. 149 – 171, 1994.

VIANNA, C. **Os nós do “nós”**: crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo. Xamã. 1999.